



A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA MILITÂNCIA CATÓLICA E DO MOVIMENTO OPERÁRIO NA RETOMADA DA DEMOCRACIA: O CASO DO ABC PAULISTA (1979-1988)

LUIZ FERNANDO MANGEA DA SILVA*

INTRODUÇÃO: A DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

O artigo que ora apresento faz parte da minha pesquisa de doutorado ainda em fase inicial, este trabalho está dividido em três partes. Na primeira parte, apresentamos o objetivo da pesquisa e as principais razões históricas que me levaram a ela; na segunda parte, buscamos desenvolver um debate teórico e metodológico acerca da experiência política da classe trabalhadora com o advento da Revolução Industrial, e também sobre a ampliação do entendimento da democracia representativa a partir da Revolução Francesa. Na terceira parte, estabelecemos um debate sobre o conceito de classe social e como esse conceito pode nos auxiliar no desenvolvimento teórico e metodológica da pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo a análise da transformação das práticas sociais, políticas e culturais do movimento operário e da militância católica na retomada da democracia na região do grande ABC Paulista entre os anos de 1979 e 1988, já que essa região foi palco de relevante experiência política tanto pelos trabalhadores das indústrias automobilísticas, símbolos de um Brasil moderno, quanto pela militância católica que também era simbolizada por uma esquerda católica.

Desse modo, a escolha do recorte espacial e temporal da pesquisa se dá pela importância histórica das lutas dos movimentos sociais de um modo geral e de uma maneira específica do movimento operário e dos militantes católicos nessa região.

O ABC Paulista, no final da década de 1970, e durante a década de 1980, foi um importante núcleo de experiência política e social para o movimento operário e para os católicos progressistas. São experiências de lutas que foram desenvolvidas por esses atores sociais, e que se estenderam até a retomada do processo democrático do país com a promulgação da Constituição de 1988.

Partindo desse contexto político e social da história recente do Brasil, buscaremos investigar as experiências política e cultural dos trabalhadores e dos católicos que tinham de alguma forma ligação com os movimentos operários.



* Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob orientação da Prof. Dr. Alexandre Fortes.

Desse modo, buscamos verificar como foi possível esses grupos experimentarem variadas estratégias políticas, culturais e sociais, se colocando contra a política da ditadura militar que governava o país e em favor de movimentos grevistas do ABC. As experiências políticas desses atores sociais foram fundamentais para a própria reconstrução da democracia brasileira, a partir da segunda metade da década de 80 do século XX.

Portanto, o recorte temporal dessa pesquisa está diretamente ligado aos acontecimentos históricos desse período. Para isso, selecionamos três acontecimentos que julgamos importantes para pensar as experiências políticas, culturais e sociais dos trabalhadores e da militância católica na reconstrução da democracia brasileira.

O primeiro acontecimento histórico relevante se dá com a Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979 – Lei da Anistia –, com essa norma o governo militar abre um espaço para política de transição para democracia, mesmo que esse processo de distensão seja lento e, por vezes, cheio de recuos por parte dos militares. Mas que, de certa forma abre uma margem de atuação para os movimentos sociais contestatórios.

Com isso, surgem, no cenário político brasileiro, às primeiras ações protagonizadas pelos movimentos sociais organizados pela sociedade civil que haviam sido silenciados pela ditadura militar com a promulgação do Ato Institucional n. 5(AI-5),¹ em 13 de dezembro de 1968.

Obviamente, que a violência institucionalizada pelo Estado com AI-5, transformou-se em um poderoso aparato repressivo montado pela ditadura militar. Essa política de repressão contribuiu em larga medida para a paralisação quase que absoluta dos movimentos populares de resistência à ditadura. Aqueles que continuaram ideologicamente se opondo tiveram que atuar na clandestinidade.

Com a Lei de Anistia no final da década de 1970, cria-se no Brasil uma frente democrática de luta contra a ditadura. A Igreja Católica e o movimento operário do ABC se tornaram atores sociais importantes nesse processo de redemocratização.

¹ A partir dessa data qualquer contestação do *status quo* era duramente reprimida pelo regime militar. Além disso, passou a ocorrer no Brasil às prisões arbitrárias, sem direito à defesa e ao instituto do *habeas corpus* foi suspenso. Sem contar que o emprego da tortura nos interrogatórios também passou a ser uma prática rotineira para aqueles que ousavam contestar o regime militar. Ver em: FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. **Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 31.



O segundo acontecimento se dá com a votação do Colégio Eleitoral, realizada em 15 de janeiro de 1985, com esse pleito escolheu-se o primeiro presidente civil, após o golpe militar de 1964, Tancredo Neves. Para Maria Paula Nascimento Araujo: “O momento dessa luta democrática se situa entre os primeiros anos da década de 1970 e meados dos anos 1980, mais precisamente entre 1974 e 1985, quando se deu a posse do presidente José Sarney.” (ARAUJO, 2007:323-353)

Porém, devido a um problema de saúde, o presidente eleito indiretamente, teve que ser internado no Hospital de Base, em Brasília. Assim, o vice-presidente José Sarney toma posse como presidente interino em 15 de março de 1985, Tancredo Neves veio a falecer em 21 de abril desse mesmo ano.

E por fim, destacamos a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita em 1986, e que tinha como objetivo varrer os resquícios, que ainda nos lembravam do período ditatorial. Portanto, essa Constituinte foi fundamental para elaboração e promulgação em 05 de outubro de 1988 da Nova Constituição Brasileira.

Por que selecionamos esses três acontecimentos como sendo relevantes para pensarmos as relações sociais, culturais e políticas entre o movimento operário e os militantes da Igreja Católica no ABC?

Porque entendemos que a partir desses acontecimentos se constituiu no Brasil uma ampla frente de esquerda² contra a ditadura militar e exigindo ampliação dos direitos políticos, civis e sociais (esquerda sendo entendida como amplos setores da sociedade civil que atuavam politicamente na resistência à ditadura militar).

O que me interessa investigar é como se deu essas diversas experiências políticas, culturais, religiosas e sociais que culminaram em resistência do operariado e da esquerda católica à ditadura, ou seja, como esses movimentos organizados nas associações de bairros, nas paróquias e nas comissões de fábricas passaram a reivindicar melhorias na qualidade vida, melhores condições de trabalhos, serviços de urbanização e criaram um consenso pela volta da governabilidade democrática.

² Os vocábulos “esquerda” e “direita”, de acordo com Geoff Eley podem ser definidos como sendo vocábulos que vêm do ambiente radical democrático da Revolução Francesa. Isso porque quando, entre 1789 e 1791, a Assembleia Constituinte da França se dividiu com relação à questão do veto real e dos poderes reservados ao rei, os radicais colocaram-se fisicamente à esquerda da câmara, quando vistos a partir da cadeira do presidente, enfrentando os conservadores, que se colocaram à direita do presidente, enfrentando os conservadores, que se colocaram à direita. Ver em: ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. 1. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 41.



É com base nessas experiências políticas e dentro da aliança de setores da esquerda católica com o movimento operário que surgiram no ABC, o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). São duas instâncias representativas, fundadas na década de 1980, e que foram fundamentais para a retomada da democracia brasileira. Elas ainda se configuram como instâncias representativas da esquerda no âmbito nacional.

A própria conjuntura política brasileira atual exige que os historiadores e outros cientistas sociais direcionem suas análises para as ações políticas da esquerda brasileira no período da ditadura militar e que se transformaram numa ampla plataforma de resistência. Não podemos negar as contribuições políticas e sociais dos movimentos populares do ABC para restabelecimento da retomada da democracia no Brasil na década de 1980.

Marc Bloch, em *Apologia da História, ou, O ofício de historiador* cita um provérbio árabe que resume como somos influenciados pelo presente ao problematizar os acontecimentos históricos do passado: “Os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais”. (BLOCH, 2001: 60)

No Brasil, atualmente, percebemos uma articulação de movimentos conservadores representativos de diversos setores da sociedade: do judiciário, dos partidos políticos, do meio empresarial e dos movimentos religiosos. Por isso, vejo necessidade de direcionar minha análise para a ação política da esquerda, uma vez que movimentos representativos desses setores vêm perdendo espaço na Europa, na América Latina e no Brasil.

Todavia, não pretendemos fazer uma análise da construção do movimento operário e seus desdobramentos. Mas tentar compreender como se deu a relação dele com a militância católica e com a abertura política a partir de 1979. E como a ação política deles (movimento operário e a militância católica) foi fundamental tanto formação ou renovação da esquerda quanto o retorno da democracia no Brasil no final da década de 1980.

A COMPLEXA RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM A DEMOCRACIA E O FORTALECIMENTO DESTA COM O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS POPULARES

Quando abordamos a complexa relação social entre sociedade e democracia a obra, *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*, do historiador britânico Geoff Eley se torna uma leitura obrigatória. Eley desenvolve uma ampla pesquisa sobre a democracia e a história da esquerda europeia. O autor problematiza a relação social



entre a democracia, a história da esquerda na Europa e como foi possível uma profunda desradicalização das ações políticas da esquerda revolucionária com a desintegração da União Soviética.

A obra de Eley é fundamental para trazer à baila o protagonismo dos movimentos populares da sociedade civil organizada e para ampliarmos o conceito de democracia. Além disso, pensar no desenvolvimento da democracia como sendo um ideal de “igualdade social” exigido pela esquerda, uma vez que ao exigir o governo do povo, a esquerda procurou derrubar o poder da classe economicamente dominante. Eley destaca: “Acreditava-se que a soberania do povo era negada não apenas por sistemas políticos restritivos e repressivos, mas também por estruturas sociais desiguais”. (ELEY, 2005:41)

Ora, embora os vínculos entre a esquerda e o socialismo não sejam facilmente identificáveis. A esquerda e o socialismo são historicamente incontestáveis no avanço da democracia. Desde a Revolução Francesa a democracia esteve assimilada com o “ideário de uma sociedade justa”, organizada em torno de um ideal de pequenas comunidades, propriedades independentes e com um autogoverno local.

A busca pela democracia popular se deu com o radicalismo plebeu da Revolução Americana. Mas também, em larga medida com os levantes de comerciantes, lojistas e profissionais pobres dos Países Baixos, da Grã-Bretanha e de Paris. Para Eley, “Durante a década de 1790, esses movimentos receberam o nome geral de jacobinismo”. (ELEY, 2005:42)

O radicalismo popular não foi extirpado com a dissolução das sociedades de correspondências, com a suspensão do *habeas corpus* ou com a proibição das manifestações jacobinas. Os movimentos populares radicais dominaram as insurreições que foram instauradas em diversas partes da Europa nas décadas de 1820-1830, além dos conflitos de 1848. Cabe salientar que, apesar do radicalismo desses movimentos oriundos da Revolução Industrial, da Revolução Americana e da Revolução Francesa, a reforma democrática era moderada, mas não menos importante para o desenvolvimento da democracia. Tratando das ações políticas revolucionárias do inglês Thomas Paine, que era um radical inglês, Eric J. Hobsbawm afirma que:

E apesar disso as verdadeiras propostas políticas deste homem profunda e instintivamente revolucionário foram quase ridiculamente moderadas. Seu objetivo,



“a paz universal, a civilização e o comércio”, era o da maioria dos livres-cambistas Vitorianos. (HOBSBAWM, 2000:12)

Apesar de Paine ser um moderado, não se deve desconsiderar que ele atuou em importantes levantes, como na Revolução Americana e na defesa da Revolução Francesa, ele transformou-se em porta-voz do homem comum e na ampliação dos direitos individuais do cidadão. Thomas Paine e outros radicais de sua época contribuíram para o desenvolvimento do racionalismo das classes populares ao afirmarem nos panfletos que a Bíblia não era a palavra de Deus.

Embora Paine falasse diretamente à classe trabalhadora,³ ele não era um homem comum da sociedade inglesa do seu tempo. Sendo intelectual, jornalista e inventor ele poderia falar por todos os homens comuns. Hobsbawm ressalta que: “Inicialmente, ele tinha a mesma afinidade misteriosa com o público como inventor e como jornalista”. (HOBSBAWM, 2000:12)

O que estamos querendo enfatizar com a experiência política de figuras como a de Thomas Paine é que a democracia teve sua gestação no posicionamento político de personagens como Paine, que se posicionou contrário a pena de morte imposta por Luís XVI.

A contribuição de Paine para a democracia e para a racionalidade do proletariado não significava necessariamente uma preocupação com a formação de uma comunidade cooperativista. Mas para que vivendo a pobreza coletivamente o operariado deveria solucionar ou minimizar o problema da iniquidade social em que vivia a classe trabalhadora, já que a felicidade humana estava condicionada a superação da desigualdade social.

Os instrumentos físicos da produção advindam da máquina à vapor e da indústria algodoeira que transformaram as relações sociais, as instituições e os hábitos culturais da nova classe trabalhadora, já que o período compreendido em entre 1811 a 1850, parece confirmar essa posição.

Para Thompson: “Quase todo acontecimento radical na década de 1790 se reproduziu com força dez vezes maior após 1815” (THOMPSON,1987: 14). Esses movimentos radicais

³ A classe trabalhadora está sendo entendida como um movimento histórico que tem sua equivalência entre a indústria de algodão e a nova sociedade industrial, além de ter correspondência entre novas formas de relação social e produtiva em sociedade. Edward Palmer Thompson entende por classe, no singular, um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Thompson também não vê a classe como sendo uma “estrutura” nem mesmo como sendo uma “categoria”, mas como algo estritamente constituído pelas relações humanas. Ver em: THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Volume I “A árvore da liberdade”. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9.



que surgiram na Europa nesse período podiam estender seus ideários de democracia tanto para cima, na direção da nação política reconhecida quanto para baixo, na direção do campesinato.

A sociedade experimentava os primeiros efeitos da transição do feudalismo para o capitalismo, em que as forças ocultas do mercado já transformavam as relações de produção existentes. Ampliavam-se as desigualdades entre comerciantes, mestres e aprendizes. Além disso, uma parcela significativa dos camponeses se proletarizavam por meio da expansão da indústria caseira.

Contudo, essa “cultura radical” vai contribuir para a formação de uma “classe operária” no último quartel do século XVIII, sobretudo, na Grã-Bretanha, a pioneira da industrialização da economia. Sendo assim, Thompson afirma que:

Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária. (THOMPSON, 1987:17)

Apesar da transição para o capitalismo esse mundo em transformação ainda estava preso a estrutura política idealizada pelo trabalhador rural que protestava contra a sua condição social; do diarista deslocado do seu contexto social; do mestre artesão respeitável pela sua habilidade profissional e por sua crença em uma economia moral.⁴

Pois, ainda acreditavam que seria possível proteger e restaurar formas tradicionais de produção em pequena escala, se não ocorresse por intermédio de um governo paternalista, deveria ser então de ações radicais de troca e cooperação federada entre unidades autogovernadas por produtores independentes.

A transição do feudalismo para o capitalismo penetrou diretamente no mundo do pequeno proprietário, do trabalhador rural e dos artesões uma vez que o ambiente industrial conduzido (pelas fábricas e pelas usinas) criou populações urbanas e assalariadas. No entanto,

⁴ O termo “economia moral” está sendo empregado e entendido como um consenso social em que as ações dos homens e das mulheres em sociedade são legitimadas pela comunidade. Estudando a, “A economia da multidão inglesa no século XVIII”, Edward P. Thompson percebeu que havia uma explicação histórica conservadora para a ocorrência de motins da fome. Thompson chamou essa explicação reducionista dos motins de visão espasmódica da realidade histórica. Para Thompson, a tensão social causada pelos motins da fome não era uma ação comandada somente pelo estômago. Mas havia uma relação direta entre as normas culturais e ação política que legitimam os motins que ocorreram na Inglaterra no século XVIII. Tratando desses motins e do consenso social da sociedade inglesa do século XVIII com relação a eles. Sendo assim, Thompson diz que: “É possível detectar em quase toda ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção legitimadora, entendendo que homens e mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade”. Ver em: THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 152.



não devemos exagerar no ritmo desses acontecimentos porque na Grã-Bretanha a produção capitalista continuou a depender tanto das habilidades manuais quanto da produção em pequena escala.

Além disso, as condições de trabalho e sociais do operariado variavam de indústria para indústria. Para os artesões, algumas divisões entre trabalho e tecnologias de produção eram prejudiciais ao passo que outras nem tanto.

Com relação às transformações da industrialização para os trabalhadores manuais e de produção de pequena escala Eley ressalta que: “Os artesãos continuaram a se distinguir orgulhosamente das massas de trabalhadores pobres e sem qualificação, defendendo suas habilidades de competência, respeitabilidade e independência, armados com a soberania da oficina”. (ELEY, 2005:43)

Quando enfatizamos as transformações sociais causadas pelo advento da industrialização inglesa, o que estamos destacando é que essas transformações foram fundamentais para causar os efeitos das agitações populares. Essas agitações, por sua vez, foram importantes para a gestação da democracia parlamentar.

A história social inglesa e a história cultural francesa mostram que as agitações populares foram primordiais para se constituir as instituições democráticas na Europa. A democracia parlamentar não se deu com a evolução natural da civilização europeia, nem pelo advento do avanço do liberalismo econômico. Mas pelas reivindicações populares que, por vezes, recorreram à violência como forma de ampliação da cidadania e da participação política da democracia representativa.

A divisão social do trabalho e a reorganização capitalista da economia por intermédio da industrialização mudou o lugar do operário na sociedade. Os artesãos foram perdendo, gradativamente, o controle de seu trabalho na oficina para a força impessoal do mercado de trabalho colocada pela sociedade capitalista.

Esses novos operários passaram a ser disciplinados para atender às estruturas capitalistas de produção em larga escala. A industrialização transformou as relações sociais entre os indivíduos e passou a exigir outras formas de soberania popular entre a classe trabalhadora.

Com isso, a democracia passou a ser assimilada a outros dois fatores que estavam intrinsecamente ligados. De um lado, uma análise detalhada das consequências econômicas geradas pelo capitalismo. Do outro, um programa político de reorganização dessa sociedade.



Essas novas ideias comprometidas com uma sociedade mais igualitária não resultaram de mudanças econômicas. Mas do empenho de homens e de mulheres comuns que passaram a entender que as transformações ocorridas dentro e fora das fábricas alteravam seus estilos de vida e o seu cotidiano nas cidades que estavam sendo formadas. Portanto, foi a partir da transformação das relações de trabalhos que os indivíduos começaram a explorar as possibilidades da propriedade coletiva do modo de produção.

AS VICISSITUDES NA CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA E A EXPERIÊNCIA POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA

A industrialização capitalista não só transformou as condições sociais dos indivíduos em sociedade, sob os quais os ideais democráticos passaram a ser perseguidos, mas também os significados desses ideais mudaram ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

Desse modo, podemos observar nos trabalhos de historiadores como Eric J. Hobsbawm e Edward Palmer Thompson, que para a classe trabalhadora da segunda metade do século XVIII e do início do século XIX o triunfo da mecanização era inevitável. Esses acontecimentos podem não representar uma consciência de classe nesse período, mas são acontecimentos-chave para o entendimento da experiência política dos trabalhadores como uma classe social⁵ constituída a partir do seu capital político e organizacional da sociedade industrial.

Nesse sentido, o conceito de classe social será fundamental para o entendimento da experiência política da classe trabalhadora. Sendo assim, esse conceito pode nos ajudar a explicar como as mudanças sociais podem ter influenciado na experiência política desse movimento. Para Mike Savage:

Desde os anos 1950, a ideia de classe social tem sido amplamente utilizada por historiadores sociais e sociólogos – especialmente (mas não exclusivamente) aqueles de um matiz marxista ou marxizante – como um conceito-chave para analisar mudança social. (SAVAGE, 2011:06-33)

⁵ O termo classe social está sendo empregado no sentido de sinalizar para a formação de classe que pode ocorrer mesmo quando estendida por meio de espaço social construído em redes em que os indivíduos organizam-se em classe mesmo quando eles estão espacialmente dispersos. Além disso, o conceito de classe social tem sido utilizado para analisar determinada mudança social. Ver em: SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.



A escolha do conceito de classe social ocorre porque esse conceito nos permite afastar do reducionismo economicista, que inviabiliza o entendimento da experiência política da classe trabalhadora como uma ação autônoma dos operários.

O conceito de classe social, ainda, carrega certas ortodoxias marxistas que se fundamentam basicamente pelo economicismo das relações sociais, que nos impedem de avançar no entendimento da formação de classe como sendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados.

Por isso, tornam-se importante incorporar novas correntes interpretativas sem abandonar aquilo que é valioso das correntes interpretativas mais antigas, principalmente aquelas advindas do marxismo. Para aqueles que estudam a história do trabalho, torna-se quase que obrigatória se apropriar da abordagem da “formação de classe”. Nesse caso, os trabalhos de Thompson são inteiramente relevantes para historiadores e sociólogos.

Apropriar-se do conceito de classe social como paradigma analítico é fundamental para focalizar as dimensões temporais da própria formação de classe. Alexandre Fortes em seu artigo publicado recentemente ressalta que: “O conceito de classe social ocupou lugar de destaque nos modelos analíticos constituídos pelas principais correntes teóricas das ciências sociais a partir da Revolução Industrial”. (FORTES, 2016: 587-606)

Isso se deve largamente à obra seminal de historiadores sociais como: Edward P. Thompson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e outros historiadores pertencentes ao Partido Comunista Britânico. O que significa dizer que não se trata de afirmar que era uma exclusividade somente desses da corrente britânica, oferecer uma visão dinâmica e histórica se comparada com outras visões estáticas de classe presentes em abordagens sociológicas economicistas.

Quando trabalhamos com o conceito de classe social, nas pesquisas históricas, não devemos enfatizar apenas as abordagens economicistas, mas devemos atentar para dois critérios, que são os alicerces para o entendimento da formação da classe trabalhadora. O primeiro critério é o caráter essencial do desenvolvimento histórico da Revolução Industrial; e o segundo são as dicotomias teóricas de estrutura e ação, que se desdobram no sentido e na vida material da classe trabalhadora.

A Grã-Bretanha do século XVIII e do século XIX, embora seja importante para a compreensão da formação da experiência política dos trabalhadores da indústria, e conseqüentemente da divisão social do trabalho, ela não esgota a relevância do processo



especial para o estudo de formação de classe. Para Christopher Hill: “A revolução mostrara que a velha ordem não era eterna: a possibilidade do estabelecimento do reino de Deus na terra havia sido especialmente vislumbrada por aqueles normalmente excluídos da política”. (HILL, 1984: 07-32)

A vida sob o capitalismo preparou o terreno para que os trabalhadores buscassem uma nova sociedade, baseada nas virtudes revolucionárias. À medida que a sociedade do capital potencializava a desumanização da classe trabalhadora em detrimento do capital, potencializava também o senso de transformação social por parte dos trabalhadores. Tratando da sociedade do capital e como somos subjugados pela impessoalidade do capitalismo, Cornelius Castoriadis ressalta que:

O capitalismo só pode funcionar com a contribuição constante da atividade propriamente humana de seus subjugados que, ao mesmo tempo, tenta reduzir e desumanizar o mais possível. Ele só pode funcionar na medida em que sua tendência profunda, que é efetivamente a reificação, não se realiza, na medida em que suas normas são constantemente combatidas em sua aplicação.
(CASTORIADIS, 1982: 27)

A visão marxista do socialismo vai evidenciar também dentro de uma análise da realização histórica do trabalho. Isso ocorre por meio de uma premissa de que o proletariado, ou melhor, a classe trabalhadora está intrinsecamente ligada à produção industrial, podendo assim realizar o seu potencial como classe universal do socialismo, já que o capitalismo expropria parte significativa da riqueza produzida pelos trabalhadores.

Desse modo, Moishe Postone ressalta que: “A riqueza social geral produzida pelos trabalhadores não beneficia a todos os membros da sociedade sob o capitalismo, é apropriada pelos capitalistas para seus fins individuais”. (POSTONE, 2014:24)

Essa passagem de Postone nos chama atenção para o posicionamento de classe social. O autor fundamenta sua análise em dois aspectos importantes para o entendimento do conceito de classe social dentro de um viés marxista da sociedade capitalista.

De um lado está à classe dominante na ordem atual, que é aquela classe detentora do capital. Do outro, a classe trabalhadora que historicamente está enraizada na produção industrial e, portanto, tem sua base constituída em uma nova ordem da superação do capitalismo.

Desse modo, quando analisamos a teoria crítica de Karl Marx sobre a economia política e a contradição estrutural do capitalismo. Podemos sustentar a posição de que a crítica



do marxismo sobre o capitalismo, do ponto de vista do trabalho, é uma crítica em que as relações sociais da classe dominante são criticadas como parte integrante de uma posição universal da sociedade capitalista.

É universal porque essa crítica se constitui a partir do trabalho, já que é a classe trabalhadora que produz riqueza com sua força de trabalho. No entanto, a classe trabalhadora é impedida pelas relações capitalistas dominantes (propriedade privada) de se beneficiar da riqueza por ela produzida.

Evidentemente, que a teoria marxista tradicional⁶ não foi capaz de separar do ponto de vista do trabalho, o econômico do político, o imediato do histórico no que se refere ao conjunto da vida social da classe trabalhadora. Mas a teoria marxista é primordial para se pensar a classe trabalhadora, sobretudo, a partir da perspectiva do trabalho como um fazer revolucionário.

A teoria de Marx sobre o capitalismo é uma teoria que nos permite não só reconhecer o operariado como um fenômeno histórico que age como representação de classe. Mas também, como aquele que age sob a imposição da classe dominante detentora do capital. Mais do que isso, a teoria crítica de Marx nos permite explicar como se deu as formas de exploração e dominação do operariado na sociedade moderna⁷.

Quando Marx faz uma crítica da exploração da força de trabalho do operariado, da desigualdade social e da dominação de classe, sua análise vai além da crítica ao capitalismo. Ela busca desvendar o complexo “tecido” das relações sociais do operariado com a sociedade moderna industrial.

O nosso objetivo, ao citar Marx, não é estabelecer um debate sobre a influência do marxismo na modernização da historiografia. Mas beber do marxismo como uma fonte

⁶ Quando utilizamos o termo teoria marxista tradicional não estamos querendo criar algo novo ou polemizar o debate sobre as diversas correntes teóricas marxistas. Nós estamos seguindo as pegadas de Postone quando ele enfatiza que: “A expressão “marxismo tradicional” não se refere a uma tendência histórica específica no marxismo, mas, de modo geral, a todas as abordagens teóricas que analisam o capitalismo do ponto de vista do trabalho e que caracterizam tal sociedade essencialmente em termos de relações de classe estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado”. Ver em: POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 21.

⁷ Sociedade moderna aqui está sendo entendida como o estilo de vida, como os costumes e como a organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII com as primeiras inovações da Revolução Industrial. Todavia, esse entendimento do desdobramento da modernidade pode ser melhor explicado por Anthony Giddens, na introdução da sua obra: *As consequências da modernidade*, o autor refere-se a Modernidade como sendo o estilo de vida, os costumes ou a organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Ver em: GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. p. 11.



conceitual que nos ajuda a interpretar e a explicar as relações sociais como um todo dentro de uma análise da sociedade industrial.

A teoria marxista desenvolve nas ciências sociais um papel fundamental no sentido de trazer diversas formas para se pensar as relações sociais capitalistas no cotidiano da classe trabalhadora. Sendo assim, a teoria marxista torna-se essencial para a análise das relações sociais na sociedade capitalista.

Trata-se de uma teoria que não vê as relações sociais do proletariado como casuais ou acidentais. Mas como um fenômeno histórico particular, que está no cume de todas as relações do modo de produção capitalista. Marx já havia dissertado a respeito da economia capitalista, sobre suas flutuações e como essas flutuações alteram a base organizacional da sociedade de modo geral, e em particular da classe trabalhadora. Seguindo essa linha de interpretativa Castoriadis afirma que:

Sabemos que para Marx a economia capitalista está sujeita a contradições insuperáveis, que se manifestam tanto nas crises periódicas de superprodução, como nas tendências a longo prazo, cujo trabalho abala o sistema, cada vez mais profundamente: o aumento da taxa de exploração (portanto a miséria aumentada, absoluta ou relativa, do proletariado); a elevação da composição orgânica do capital (portanto o crescimento do parque industrial de reserva, o que significa desemprego permanente); a queda da taxa de lucro (portanto a diminuição da acumulação e da expansão da produção). (CASTORIADIS, 1982: 26)

A experiência dos últimos cem anos, somada aos fatores apontados por Castoriadis, mostram que o capitalismo tem passado por crises periódicas. E que até mesmo nos países desenvolvidos tem aumentado de forma absoluta ou relativa à pauperização da classe trabalhadora, principalmente, com o aumento do desemprego.

Todavia essa experiência política da classe trabalhadora por si só não demonstra nada. Para que ela possa ter um sentido histórico no “tecido social” deveremos recorrer à teoria econômica de Marx e ao conceito de classe social. É a partir desse eixo epistemológico que podemos observar as contradições no interior da sociedade capitalista.

Portanto, quando trabalhamos com a classe social como fenômeno histórico, partimos do pressuposto que essa classe social é construída por meio da sua experiência política que ocorre tanto na ação individual quanto na ação coletiva dos indivíduos em sociedades.

Ao passo que, o conceito tem sido adotado por historiadores e sociólogos interessados em explicar as relações sociais existentes entre a estrutura de classe, a identidade e a ação



social e política do movimento operário no início da história industrial, sobretudo, na Inglaterra.

Democratizar a economia se tornou a preocupação central da esquerda. Para os socialistas, a propriedade em si era a origem de todos os males sociais. Enquanto para os liberais a economia deveria estar separada da política; os socialistas, ao contrário, a economia e a política são inseparáveis, porque em uma democracia todos os cidadãos deveriam exercer o poder político, e, ao exercer esse poder, também exerceria o poder econômico.

Assim, a democracia representativa passou a significar para a esquerda não só uma forma mais radical de governo parlamentar, mas também um anseio por ampliar os preceitos democráticos da economia. A questão central que os socialistas colocavam no final do século XIX era como alcançar uma legítima democracia em uma sociedade fundamentalmente estruturada em uma abissal desigualdade social?

Com isso, passou a ser quase que um mote da esquerda, expressão como cooperação, socialização do modo de produção, propriedade pública e comando planejado da economia. No entanto, quando a esquerda tentou colocar em prática a nacionalização da economia, ela esbarrou no problema do centralismo burocrático das decisões.

Se no período que vai de 1890 a 1960 os partidos de esquerda (socialistas e comunistas) se tornaram importantes instrumentos de mobilização política, os democratas do final do século os acusavam de não representarem os vetores da vontade do povo, mas sim, o centralismo burocrático do Estado. O “socialismo real” era visto pelos partidos políticos conservadores, e até mesmo por setores da esquerda radical como sendo instrumentos de manipulação popular e como máquina anônima afastada da militância.

O “socialismo real” da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) estava no período entreguerras praticamente fora da economia mundial. Isso o colocava fora das oscilações da economia capitalista. À medida que o “socialismo real” da URSS, da Europa e de partes do Terceiro Mundo tomava contato com a economia capitalista global ele passava a ser influenciado por essas oscilações da economia global.

Desse modo, o socialismo passava a enfrentar não apenas seus próprios problemas sistêmicos, mas também os de uma economia global da qual se achava (o socialismo) cada vez mais integrado. Além disso, havia no início da década de 1960 e parte da década de 1970 um estreitamento nas relações sociais do Estado com a Igreja Católica com o objetivo de disseminar uma propaganda do perigo do comunismo.



Havia o discurso, propagado pelos Estados Unidos da América, do perigo da intervenção militar soviética em países da Europa e do Terceiro Mundo. Na América Latina, o efeito prático desse discurso foi a ocorrência de diversos golpes militares, causando assim um empecilho para a consolidação da democracia representativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Lutas democráticas contra a ditadura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. P. 323-353. (As esquerdas no Brasil; v. 3.).

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

ELEY, Geoff. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000**. 1. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FILHO, Oswaldo Munteal; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. **Tempo negro, temperatura sufocante: estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. In: Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) do CPDOC/FGV. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 29. p. 587-606, setembro-dezembro 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HILL, Christopher. Uma revolução burguesa? **Revista Brasileira de História**. Vol. 4, n. 7, 1984. p. 07-32.

HOBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do operariado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.



THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Volume I “A árvore da liberdade”. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Volume II “A maldição de Adão”. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.